

# INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NAS ECONOMIAS BRIC: MUDANDO O CENÁRIO DE INVESTIMENTO

Radhika Kapoor\*

Ritika Tewari\*

A crise econômica e financeira parece ter alterado consideravelmente o cenário de investimento global. As economias do bloco Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC), em particular, têm surgido como destino preferido para investimentos estrangeiros diretos (IED). Assim, este trabalho analisa um dos principais motores da força econômica destes países – seus potenciais comerciais de investimento, especialmente o investimento estrangeiro direto. Dessa forma, o documento investiga o cenário global de fluxos de entrada de IED, apresenta a distribuição desse fluxo por setores nas economias BRIC, analisa os fatores que tornam as economias BRIC atraentes para o IED, examina a relação entre crescimento econômico e IED e aborda questões relevantes relacionadas a políticas.

## FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN THE BRICS: CHANGING THE INVESTMENT LANDSCAPE

The economic and financial crisis seems to have altered the global investment landscape considerably. The BRIC economies, in particular, have emerged as the most favoured destination for foreign direct investment (FDI). So, in this paper, attention will be given to one of the key drivers of their economic might – their trade and investment potential, in particular foreign direct investment. Thus, this paper will look at the global scenario in FDI inflows, present a sectoral breakdown of the inward FDI in the BRIC economies, analyse the factors that make the BRIC economies attractive for FDI inflows, examine the relation between economic growth and FDI and also outline relevant policy issues.

### 1 INTRODUÇÃO

*“A Geografia nos fez vizinhos. A História nos fez amigos.”*

*“A Economia nos fez parceiros, e a necessidade nos fez aliados.”*

John Fitzgerald Kennedy

No contexto das economias BRIC, isso é muito verdadeiro. Foi a combinação da força econômica do Brasil, da Rússia, da Índia e da China, que os uniu para formar o bloco BRIC. Nenhum deles faz parte do mundo desenvolvido e os quatro têm testemunhado crescimento econômico espetacular nos últimos anos. Hoje, compõem 15% do produto interno bruto (PIB) global e Goldman Sachs afirmou que, em 2050, a soma da renda das economias BRIC ultrapassará a soma da renda dos países desenvolvidos.

---

\* Indian Council for Research on International Economic Relations (ICRIER).

A crise econômica e financeira parece ter alterado consideravelmente o cenário de investimento global. Agora, são os países em desenvolvimento que lideram a atração de investimentos e estão investindo no nível mundial (UNCTAD, 2009). As economias BRIC, em particular, têm surgido como o destino preferido para investimento estrangeiro direto. Os governos das economias BRIC estão investindo pesadamente em infraestrutura, indústria, educação, saúde, habitação e turismo, percebendo que têm a oportunidade de atrair IED, aumentar o PIB, apoiar o crescimento das importações e das exportações, e, ao mesmo tempo, aumentar o emprego e a riqueza locais. À medida que esses quatro países ganham importância no cenário global, a comunidade internacional se concentra cada vez mais no BRIC para estabilizar o sistema econômico mundial. Se os países do BRIC podem trabalhar juntos de forma produtiva hoje, devem ser promissores para a futura ordem econômica. Juntos, continuarão a construir essa força econômica. Neste artigo, vamos investigar um dos principais motores dessa força – seu potencial comercial e de investimento, em particular o investimento estrangeiro direto.

A estrutura do trabalho é a seguinte: a seção 1 faz a introdução, a seção 2 aborda o cenário global de entradas de IED e analisa detalhadamente as tendências nas quatro economias BRIC. A seção 3 apresenta a distribuição do IED por setores nas economias BRIC. A seção 4 analisa os fatores que tornam as economias BRIC atraentes para entradas de IED. A seção 5 examina a relação entre crescimento econômico e IED. A seção 6 discute o aumento das saídas de IED das economias BRIC. A seção 7 aborda questões relevantes sobre políticas, e a seção 8 apresenta as conclusões.

## 2 CENÁRIO GLOBAL

Em meio a uma crise financeira e econômica aguda, os fluxos mundiais de IED caíram de uma alta histórica de US\$ 1.979 bilhão em 2007 para US\$ 1.697 bilhão em 2008, um declínio de 14%. Um fato importante é que o declínio global ocorrido em 2008 foi diferente nos três principais grupos econômicos, ou seja, países desenvolvidos, em desenvolvimento e economias em transição, refletiram impactos iniciais diferentes para a crise atual. No primeiro semestre de 2008, os países em desenvolvimento resistiram à crise global melhor do que os desenvolvidos, uma vez que seus sistemas financeiros estavam menos estreitamente interligados aos sistemas bancários dos Estados Unidos e da Europa. O crescimento econômico dos países em desenvolvimento se manteve robusto apoiado pelo aumento de preço das *commodities*. Além disso, suas entradas de IED continuaram a crescer, embora a um ritmo bem mais lento do que em anos anteriores, apresentando um aumento de apenas 17%, alcançando US\$ 621 bilhões em 2008. Em certo sentido, a crise mudou o cenário de investimento, com o grande aumento da participação das economias em desenvolvimento e em transição nos fluxos de IED globais alcançando 43% em 2008.

**TABELA 1**  
**Participação nas entradas de IED**  
 (Em %)

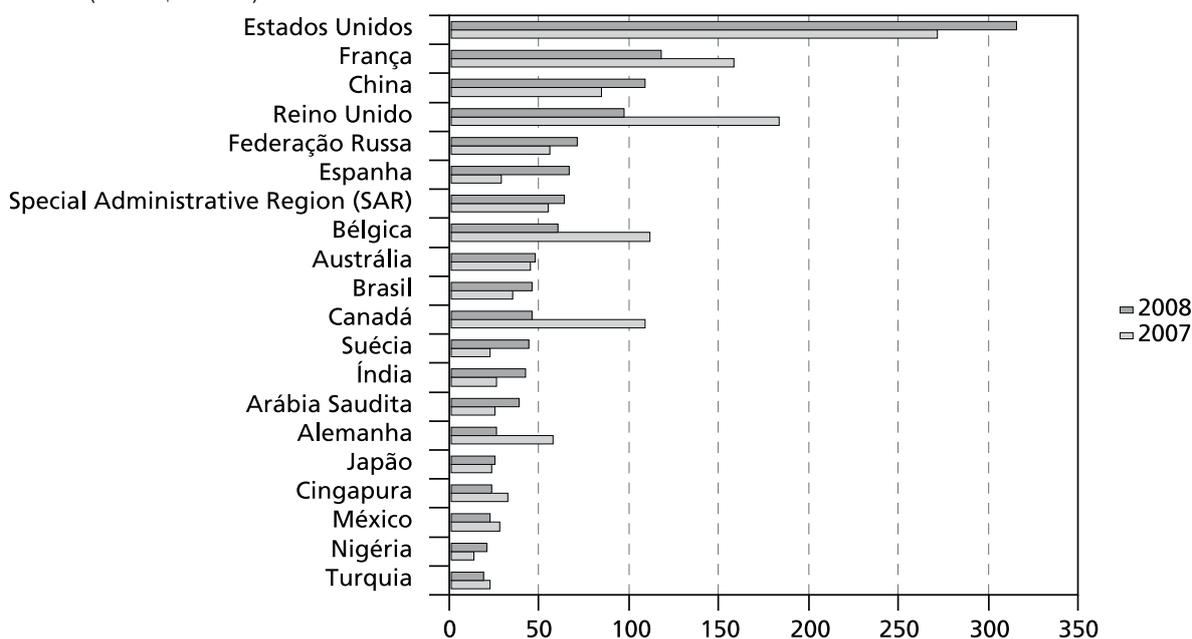
Regiões	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Economias desenvolvidas	63,9	56,4	63	66,6	68,7	56,7
Economias em desenvolvimento	32,6	39,5	33,8	29,7	26,8	36,6
Economias em transição	3,5	4,1	3,2	3,7	4,6	6,7

Fonte: UNCTAD (2009).

A análise dos fluxos globais de IED nas 20 principais economias no período 2007-2008 indica que enquanto os Estados Unidos mantiveram sua posição como maior país de origem em 2008, muitas economias em transição e em desenvolvimento, especialmente os países BRIC, surgiram como grandes receptores de IED. Vários países europeus viram a queda de suas classificações em termos de entrada de IED. Por exemplo, o Reino Unido perdeu sua posição de maior receptor de IED entre os países europeus.

**GRÁFICO 1**  
**Fluxos globais de IED: as 20 maiores economias**

(Em US\$ bilhões)



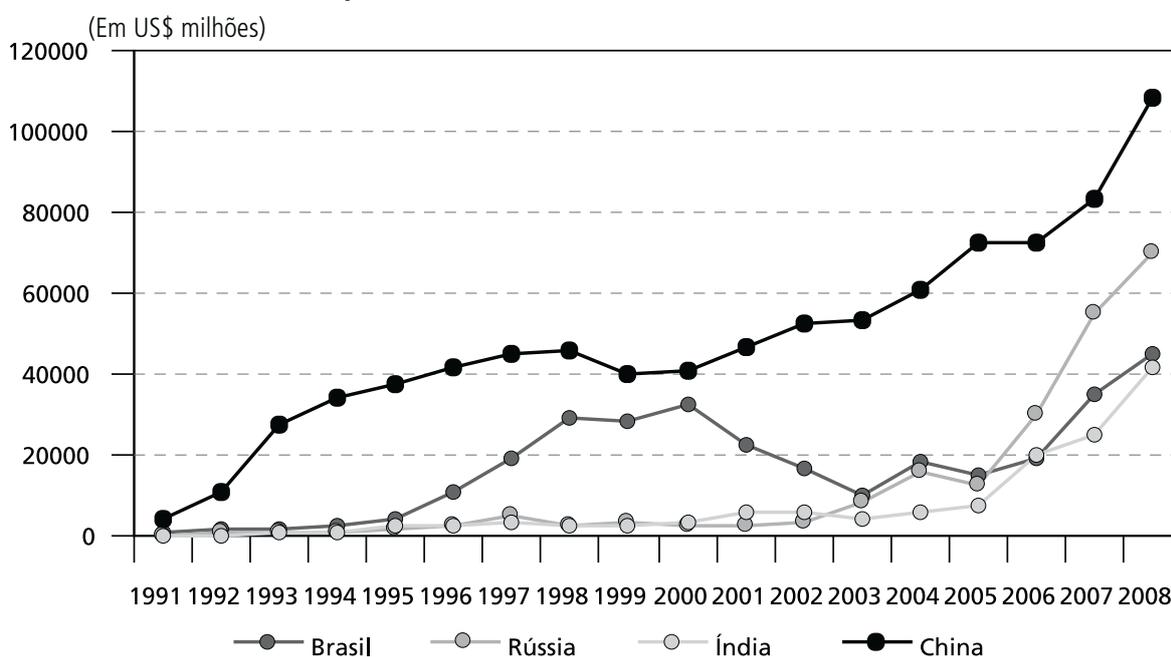
Fonte: UNCTAD (2009).

Em 2008, a China surgiu como o terceiro maior receptor de IED no mundo, com fluxos atingindo um máximo histórico de US\$ 108 bilhões. De fato, a China foi o país do bloco BRIC que mais cresceu no período 1994-2008. A Rússia recebeu US\$ 55 bilhões em 2007, um aumento de 85% em relação ao ano anterior. O Brasil, que tradicionalmente fica aquém em matéria de IED levando em conta seu tamanho e sua dotação de recursos, quase dobrou a entrada de IED entre 2006 e 2007, passando de US\$ 19 bilhões para US\$ 35 bilhões.

A Índia, no entanto, continua a ser o retardatário do grupo, tendo atraído US\$ 20,3 bilhões em IED no ano passado. Com ingressos de US\$ 42 bilhões em 2008, foi o 13º maior receptor de IED do mundo.

No fim de 2008 e início de 2009, a crise econômica mundial começou a afetar os países em desenvolvimento e em transição, afetando negativamente seus fluxos de entrada. A queda continuou em 2009, com mais impulso. Dados do UNCTAD (2009) apontam para um declínio generalizado em todos os grupos econômicos, com estimativas de queda para menos de US\$ 1,2 trilhão.

GRÁFICO 2  
Entrada de IED nos países BRIC

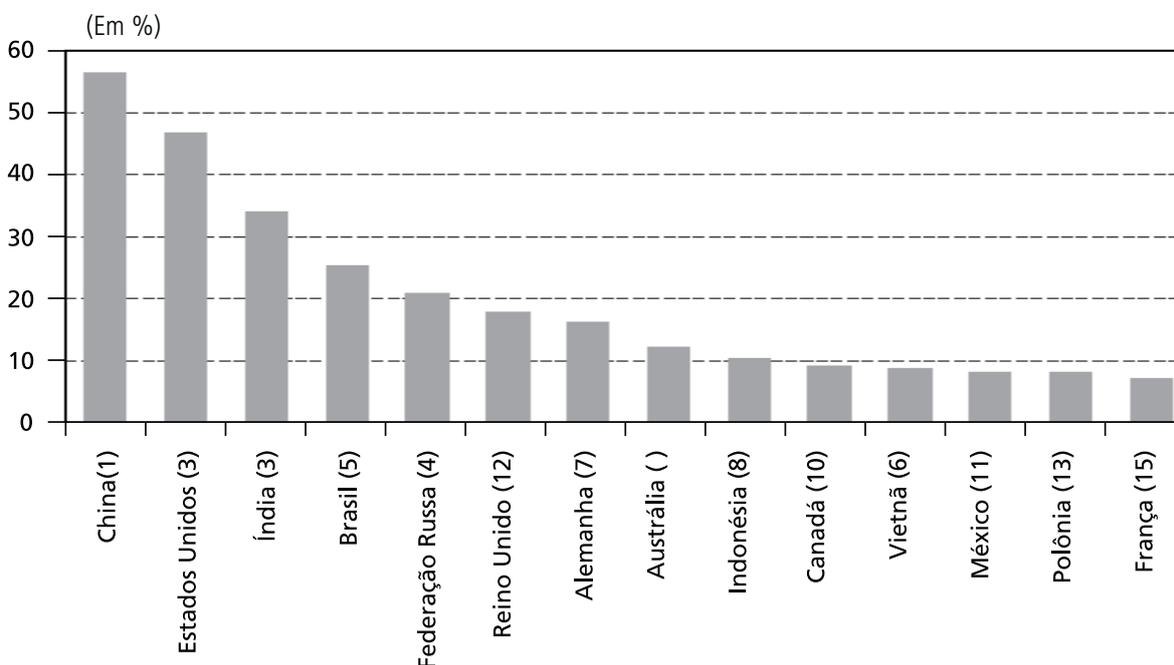


Fonte: UNCTAD.

A pesquisa World Investment Prospects (WIP) prevê que a recuperação desses fluxos está prevista para começar lentamente em 2010 e chegar a US\$ 1,4 trilhão. A expectativa é de um novo impulso em 2011, quando deve chegar a cerca de US\$ 1,8 trilhão, quase o mesmo nível de 2008. Além disso, a pesquisa WIP prevê que são as economias BRIC e os Estados Unidos que provavelmente irão conduzir a recuperação do IED no futuro. A pesquisa classificou a China e a Índia como o primeiro e o terceiro lugares, respectivamente, entre os locais mais atrativos para o IED.

GRÁFICO 3

**Perspectivas para 2011: Estados Unidos e economias BRIC provavelmente irão protagonizar a recuperação do IED no futuro**



Fonte: World Investment Prospects to 2011/UNCTAD.

Analisando-se o cenário global, a principal conclusão é de que o panorama de investimentos está mudando com o aumento da participação das economias em desenvolvimento e em transição –especialmente os países BRIC – no IED global. E as tendências parecem apontar para a crescente importância dessas economias, mesmo no futuro.

### 3 DISTRIBUIÇÃO POR SETORES

A seção anterior descreveu as tendências globais de IED nas economias BRIC, agora é importante analisarmos o padrão setorial do IED. Os países BRIC tiveram diferentes modelos de desenvolvimento econômico. O Brasil é uma economia de serviços orientada ao mercado interno. O desenvolvimento econômico da Rússia é fortemente dependente de recursos energéticos e matérias-primas. A economia indiana é essencialmente focada em serviços. E o desenvolvimento econômico da China é impulsionado pelas exportações de manufaturados e investimento.

Curiosamente, nos países BRIC, a distribuição do investimento estrangeiro por setores reflete aproximadamente sua participação no PIB. Atualmente, no Brasil, na Rússia e na Índia, o setor terciário é o que mais recebe IED, o secundário fica no meio, e o primário recebe a menor porcentagem. Já a China, tem um padrão especial de IED voltado para a indústria, ou seja, o setor secundário recebe a maior parte do IED e os setores primário e terciário recebem muito menos.

Agora, vamos abordar cada país detalhadamente.

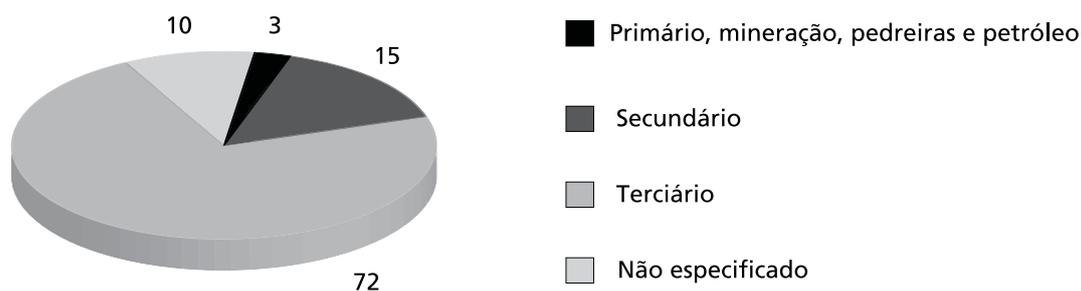
### 3.1 Brasil

O Brasil tem se desempenhado muito bem na atração de fluxos de IED e isso se deve principalmente ao regime de investimento aberto sem restrições à remessa de lucros e ao repatriamento de capital registrado no Banco Central do Brasil (Bacen). Os esforços do governo e do setor privado no Brasil têm incentivado investidores estrangeiros a considerarem o país como uma opção de investimento de primeira linha. Sua adesão aos princípios da proteção dos direitos de propriedade e ao livre comércio constitui atrativos em relação a outros destinos emergentes, como a Índia e a Rússia. Devido a esses fatores, as multinacionais estrangeiras detêm cerca de 45% das 500 maiores empresas do Brasil e tiveram sucesso na obtenção de capital local.

GRÁFICO 4

#### Participação dos setores nas entradas de IED – 2000

(Em %)

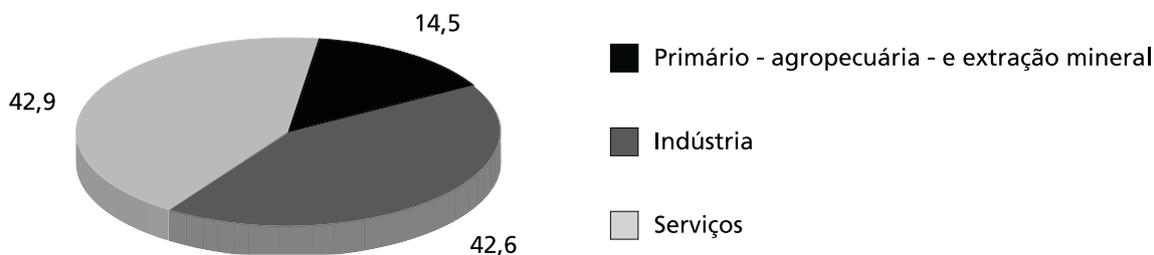


Fonte: Bacen.

GRÁFICO 5

#### Participação dos setores nas entradas de IED em 2009

(Em %)



Fonte: Bacen.

A distribuição do investimento estrangeiro direto por setores no Brasil mudou significativamente entre 2000 e 2009. Em 2000, o setor terciário era o principal receptor de IED, recebendo 72% do IED total. No entanto, em 2009, a participação

do setor terciário diminuiu para 43%. A perda de IED do setor terciário foi compensada pelo aumento da participação dos setores primário e secundário, que passaram de 3% e 15%, respectivamente, em 2000, para 14,5% e 43%, em 2009.

Considerando especificamente o setor de serviços, que atrai cerca de metade do investimento estrangeiro direto, a maior parte é direcionada para os serviços de intermediação financeira, varejo, eletricidade, gás e água. No setor varejista, as gigantes – como Wal-Mart e Carrefour – anunciaram seus agressivos planos de expansão e posteriormente anunciaram a aquisição da rede de supermercados Atacadão por US\$ 1,1 bilhão em 2007. No setor primário, os segmentos dominantes são os de hidrocarbonetos e mineração. No caso da indústria, cuja participação no IED total é aproximadamente a mesma do setor de serviços, os subsetores que mais atraem IED são metalurgia e siderurgia, produtos químicos, automotivo, celulose e papel. Os setores que deverão apresentar maior aumento de investimento no futuro são automóveis, telecomunicações e mineração.

### 3.2 Rússia

O setor de serviços na Rússia foi o principal destino do investimento estrangeiro direto, com participação de 58% da entrada de IED total em 2007, seguido pelo setor industrial com 25% e, mineração e pedreiras com 17%. O cenário de investimento para os setores tem sido mais ou menos estático desde 2003 (tabela 2).

Como se pode observar na tabela 2, o setor de serviços do país tem atraído a maior parte do investimento estrangeiro direto, sendo responsável por 50% a 60% do fluxo no período 2003-2007. No caso da indústria, os setores de recursos naturais e manufaturas são os principais agentes de atração de investimento estrangeiro. Isso se deve à riqueza de recursos naturais no país, que, além de reservas de petróleo, consiste em depósitos de diferentes metais e minerais como ferro, cobre, níquel, zinco, estanho, ouro, prata etc. No caso do setor energético, a contribuição para o IED total corresponde à sua participação no total dos rendimentos do país. Da mesma forma, o IED que chega ao setor manufatureiro reflete sua participação no PIB da Rússia. No entanto, para garantir que o aumento do fluxo de IED seja sustentável no longo prazo, a Rússia precisa reformar o marco legal e intensificar o processo de reforma dos setores relacionados à energia, como o de gás natural. Embora tenha havido significativa liberalização em áreas relacionadas à energia, como no setor elétrico, que atrai grandes fluxos de IED de empresas da União Europeia (UE), como a alemã E. ON Ruhrgas AG e a italiana Enel – que agora são donas de grande parcela da indústria de geração de eletricidade na Rússia –, o setor de gás natural ainda é dominado pelo quase monopólio controlado pelo Estado, a Gazprom e, portanto, precisa ser reformado. Além do setor de gás natural, as outras áreas em que ainda há problemas e questões pendentes que

precisam ser resolvidas, são os investimentos em *setores estratégicos*, ou seja, críticos para a segurança nacional e a *lei do subsolo*. Existem leis russas relativas à utilização de recursos naturais, mas os procedimentos de aprovação das leis envolvendo áreas estratégicas para a segurança nacional e a lei do subsolo são muito morosos. O clima de investimento do país também é afetado por outros aspectos, como a proteção dos direitos de propriedade e a corrupção. Segundo o último levantamento global sobre regulação de negócios e sua efetiva aplicação, do Banco Mundial, a Rússia apresenta o pior desempenho em áreas como: exigências para licenciamento, como lida com trabalhadores e comércio internacional. Portanto, para aumentar o nível de IED na economia, a Rússia deve melhorar o seu marco legal e o clima de investimento, especialmente na área de recursos naturais e nos setores ligados à energia.

TABELA 2  
**Destino do investimento estrangeiro na Rússia**  
 (Em %)

Setores	2003	2004	2005	2006	3o trimestre de 2007
Agricultura, caça e florestas	0.5	0.3	0.2	0.6	0.3
Mineração e extração	19.3	24.5	11.2	16.6	17.3
Extração de produtos minerais e pedras para geração de energia	17.3	21.6	9.6	14.1	16
Extração de minerais e pedras, exceto para geração de energia	2	2.9	1.6	2.5	1.3
Indústria	22	25.3	33.5	27.5	24.6
Indústria de produtos alimentícios	3.4	2.3	2.2	2.5	2.5
Indústria química	1.2	1.9	2.7	2.8	1.2
Indústria de metais e derivados	10.3	12.6	6.4	6.8	12.6
Indústria de equipamentos de transporte	0.7	2.1	1.8	2.6	0.9
Indústria de coque e óleo mineral	0.6	0.2	15.1	7.2	3.8
Serviços	58.2	49.9	55.1	55.3	57.8
Construção	0.3	0.6	0.4	1.3	1.2
Atacado, varejo e atividades de varejo	36.1	32.9	38.2	23.7	42.3
Transporte e comunicações	3.8	5	7.2	9.6	6.5
Apenas comunicações	2.3	3.4	6.1	8.5	2.9
Intermediação financeira	2.6	2.5	3.4	8.5	2.4

Fonte: Russian Federal Service of State Statistics.

### 3.3 Índia

A distribuição do investimento estrangeiro direto por setores na Índia tem sofrido alterações significativas. Como se pode observar na tabela 3, a participação do setor secundário no IED total tem diminuído substancialmente, passando de 45% em 2000 para 27% em 2009.<sup>1</sup> O setor de serviços despontou como o mais

1. Ver Satyanand e Raghavendran (2010).

favorável para investidores estrangeiros, aumentando sua participação de 16,5% em 2000, para 61% em 2009. O setor primário, entretanto, aumentou sua participação no total de IED de insignificantes 0,12% em 2000, para 9% em 2009. De acordo com o Departamento de Promoção e Políticas Industriais (DIPP), os setores que atraem a maior parcela de IED, depois do setor de serviços, são *software* e *hardware*, telecomunicações, habitação e imobiliário, e construção civil. O setor de serviços na Índia tem atraído o interesse do investimento estrangeiro de maneira impressionante nos últimos anos. De acordo com um relatório da UNCTAD, em 2007, o setor de serviços se tornou o principal destino de operações *off-shore* para a maioria dos serviços, como processos de *back office*, atendimento ao cliente e suporte técnico. No entanto, os serviços indianos também começaram a se aventurar em novos territórios, como na área médica de raios-X, análise de ativos e processamento de sinistros de seguros.

A significativa mudança no cenário do investimento estrangeiro se deve principalmente ao fato de que a indústria foi o primeiro setor a ser aberto para investidores estrangeiros já em 1991, enquanto o de serviços foi aberto bem mais tarde, no fim década de 1990. Em 1991, houve uma mudança de paradigma nas políticas, e a indústria foi o primeiro setor a se beneficiar, gerando mudanças no sistema em geral. Ao longo de todo o processo, os procedimentos para investir em indústrias não prioritárias foram agilizados e, no nível central, foi criado o Conselho de Promoção de Investimentos Estrangeiros para negociar com multinacionais ou grandes empresas internacionais e para acelerar os despachos necessários. Além disso, foram eliminadas várias restrições governamentais, como exigências de licenciamentos e controles sobre o comportamento das empresas. Isso beneficiou as indústrias em termos de atração de investimento estrangeiro direto. Mas na década seguinte, de 2000, a história de sucesso da Índia na área de Tecnologia da Informação (TI) chamou atenção de atores globais para o imenso potencial desse setor. Assim, com o auxílio de um corpo considerável de profissionais de TI falantes de inglês, o setor surge como o mais favorável para investidores estrangeiros, como mostra a tabela seguinte. O setor de manufaturas fica para trás, devido ao estado ruim da infraestrutura do país e à grande rigidez do mercado de trabalho.

TABELA 3  
**Detalhamento setorial de entradas de IED na Índia em porcentagem do total de entradas**  
 (Em US\$ milhões)

Setores	2000	2008	2009
Primário	2.8 (0,12%)	1420.9 (4,3%)	2397 (8,86%)
Secundário (indústria)	1051.8 (44,8%)	10156.4 (30,8%)	7223.1 (26,7%)
Indústria automotiva	279,7	1134,1	1338,4
Indústria da informática – software e hardware	194,4	1828	717
Energia	110,7	1339,3	1643,3
Serviços	388.2 (16,5%)	19812.1 (60%)	16598 (61,4%)
Serviços financeiros	43,3	8043,8	1570
Serviços de telecomunicações	79,7	539,3	782,8
Meios de comunicação – incluindo impressos	79,7	539	782,8
Serviços de consultoria	4,9	364,7	420,1
Turismo e hotelaria	12,2	539	592,9
Serviços imobiliários		2679	3198,8
Outros setores não especificados	904.2 (38,5%)	1639.8 (5%)	825.5 (3%)

Fonte: Secretaria de Assistência Industrial, DIPP, GOI.

### 3.4 China

Na China, o setor mais lucrativo para investidores estrangeiros é o industrial, tendo recebido a enorme parcela de 54,7% do total de IED em 2007, seguido do setor terciário, com 38,7%. E a tendência continua desde o início desta década, o que indica que o setor de manufaturas tem sido o mais atrativo para investidores estrangeiros. Um dos impactos mais significativos da reforma econômica da China e da abertura de sua economia nacional foi o enorme ingresso de investimentos estrangeiros. Desde 1979, as restrições ao IED têm sido gradualmente liberalizadas e, além disso, o compromisso do governo de continuar a abertura da economia tem melhorado muito o clima de investimento do país. As perspectivas de exploração de um enorme mercado interno aliadas à mão de obra relativamente qualificada e de custo baixo tornaram a China um dos destinos mais favoráveis para investidores estrangeiros. Um aspecto importante no contexto do IED foi a adesão da China à *Organização Mundial do Comércio* (OMC) em dezembro de 2001. Depois de negociar durante 15 anos, a China concordou em eliminar as restrições ao IED, especificamente nos serviços, e em melhorar os direitos de propriedade intelectual para além da remoção de barreiras comerciais (tarifárias e não tarifárias). A adesão da China à OMC oferece amplas oportunidades para investidores estrangeiros investirem na indústria manufatureira do país, intensiva em capital e tecnologia. Levar a cabo os compromissos assumidos perante a OMC significaria maior flexibilização do controle sobre a propriedade estrangeira, operações diretas de fusões e aquisições inter-

nacionais, especialmente em relação a empresas estatais, e melhoria dos direitos de propriedade intelectual. Assim, o capital externo continuará a fluir cada vez mais para as indústrias intensivas em capital e tecnologia da China. Como se pode ver na tabela 4, o setor da agricultura na China atrai um percentual muito pequeno do total de IED, e isso está em consonância com a contribuição do setor para a economia nacional. O sistema de propriedade de terras agriculturáveis e o padrão de produção tradicional, familiar e de pequena escala, constituem o principal obstáculo para o investimento estrangeiro, que busca a grande escala e a produção intensiva em tecnologia. Assim, o país não conseguiria atrair grande quantidade de investimento estrangeiro para a agricultura, a menos que mude fundamentalmente o sistema de propriedade de terra e reforme o padrão de produção. O setor de serviços chinês, após o setor industrial, é o mais atraente para o investimento estrangeiro direto (tabela 4). Antes da adesão à OMC, o setor de serviços estava relativamente fechado à participação estrangeira, para proteger os monopólios estatais. A China assumiu compromissos concretos de abrir gradualmente o setor dos serviços para investidores estrangeiros e, portanto, espera-se que o pleno cumprimento de tais compromissos será capaz de atrair ainda mais entradas de IED para o setor.

TABELA 4  
**Detalhamento setorial de entradas de IED na China em porcentagem do total de entradas**  
 (Em US\$ 10 mil)

Setores	2000	2007
Agricultura, florestas, pecuária e pesca	67594 (1,7%)	92407(1,2%)
Indústria	2584417(63,5%)	4086482 (54,7%)
Energia elétrica, gás e abastecimento de água	224212 (5,5%)	107255 (1,4%)
Construção	90542 (2,2%)	43424 (0,6%)
Serviços	944719 (23,2%)	2897601 (38,7%)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, China.

#### 4 O QUE TORNA OS PAÍSES BRIC DESTINOS ATRAENTES PARA IED?

Fica claro, a partir das seções anteriores, que os países BRIC têm surgido como importante destino para IED, e há várias razões para isso.<sup>2</sup> A mais importante é o grande potencial de seus mercados consumidores. O tamanho do mercado geralmente é medido pelo produto interno bruto, o PIB *per capita* e a população de classe média. Por exemplo, na Índia, a vasta população de classe média, 300 milhões de habitantes, constitui um imenso mercado potencial para investidores estrangeiros. Além disso, as condições de estabilidade macroeconômica aliadas

2. Ver Vijayakumar (2010).

a taxas de crescimento elevadas e sustentadas também torna esses países um atraente destino de IED. Investidores preferem economias mais estáveis, com menor grau de incerteza. O alto índice de crescimento do PIB afeta positivamente a entrada de IED. O custo de mão de obra é outro fator de extrema importância que é determinante para o investimento estrangeiro, já que se for alto, aumenta também o custo de produção, o que limitaria a entrada de IED. Os baixos salários nas economias BRIC se tornam mais um atrativo. A flexibilidade do mercado de trabalho também é um fator determinante na atração de IED, assunto que é discutido em detalhe na seção 3 que compara a Índia e a China. A disponibilidade de infraestrutura de qualidade (eletricidade, água, transportes e telecomunicações) é fundamental para os fluxos de IED, assim como a abertura comercial dessas economias, uma vez que boa parte do IED é orientada para a exportação e também pode exigir a importação de bens complementares, intermediários e de capital. De toda forma, o volume de comércio é maior e, portanto, a abertura comercial é um determinante positivo e significativo para o IED. A força da moeda – taxa de câmbio – é usada como *proxy* para o nível de inflação e o poder de compra da empresa investidora. A desvalorização de uma moeda resulta em menor risco cambial. À medida que a moeda desvaloriza, aumenta o poder de compra dos investidores em moeda estrangeira. Assim, podemos esperar uma relação positiva e significativa entre o valor da moeda e os fluxos de IED.

A China emergiu como líder na atração de IED. Há lições a serem aprendidas com a estratégia da China e com a experiência de outros países do BRIC, em particular a Índia, que foi o retardatário na atração do IED. Portanto, seria interessante identificar as principais características das estratégias desses dois países.

China e Índia têm adotado estratégias e trajetórias de crescimento bastante distintas. Enquanto a China embarcou em vigoroso processo de reforma em 1978, a Índia, por outro lado, só iniciou a reforma e a abertura em sua economia na década de 1990. Enquanto a China adotou a liberalização e a modernização da sua economia socialista, planificada e não de mercado em 1978, a Índia iniciou sua reforma muito mais tarde. Assim, ficou bem atrás da China em termos de desempenho econômico e como consequência, a China teve muito mais sucesso que a Índia na atração de IED.

A China tem sido bem-sucedida em atrair IED, criando um clima de negócios favorável, oferecendo infraestrutura estratégica e implementando iniciativas de políticas estratégicas. A infraestrutura estratégica implica localização, conteúdo e intenção de organizar a atividade econômica de forma eficiente em um mercado emergente. A infraestrutura deve ser estratégica de modo a refletir a realidade demográfica vigente. Deve ser estratégica de forma que a composição setorial complemente as realidades demográficas como idade, disponibilidade e qualificação

da força de trabalho. Deve ter conectividade com o interior para facilitar a oferta contínua de mão de obra barata advinda de áreas remotas. Deve ter a vantagem da proximidade com os maiores mercados mundiais e a conectividade com a rede de transporte global. Um exemplo que ilustra a infraestrutura estratégica foi a criação e o desenvolvimento da Zona Econômica Especial (ZEE), de Shenzhen. Shenzhen era uma pequena cidade ligada à pesca – 70 mil habitantes, área de 325 milhas quadradas –, mas hoje, devido às reformas iniciadas nos últimos 25 anos é um dos locais mais modernos do mundo. A Shenzhen moderna tem 7 milhões de habitantes, área de 2.020 km, produz US\$ 40 bilhões em PIB, tem 120 mil corporações transnacionais em ativo funcionamento, e é o sexto maior porto do mundo. É a única cidade na China que tem um porto terrestre, porto marítimo, aeroportos e sua própria bolsa de valores.

Iniciativas de políticas estratégicas se referem a iniciativas de políticas que apoiem a intenção estratégica mencionada anteriormente – criando liberdade econômica, facilitando a abertura, convidando ao envolvimento estrangeiro e formulando leis trabalhistas flexíveis. As iniciativas de políticas estratégicas adotadas pelo governo chinês geraram liberdade econômica e abertura no período 1978-2005. O governo permitiu empreendimentos conjuntos entre estrangeiros e chineses, ofereceu incentivos e isenções fiscais, promoveu as exportações, e os salários eram mantidos baixos, permitindo a livre concorrência. Foram concedidos direitos de arrendamento e de propriedade a estrangeiros. As seguintes medidas foram adotadas: a isenção de impostos sobre a importação de máquinas, a livre circulação de mercadorias entre as ZEE, descontos no imposto de exportação, e políticas liberais de entrada e saída. Foram permitidas transações em moeda estrangeira nas ZEEs. As empresas estrangeiras tiveram permissão para formar empresas de capital totalmente estrangeiro (sigla em inglês, WFOE) na China a partir de 1986. O tratado fiscal bilateral também ajudou a atrair investimentos. Cheng e Kwan (2000) constataram que há uma relação positiva entre ZEEs e renda regional na atração de IED para a China. O transporte fluvial e os *clusters industriais* ajudaram a reduzir os gargalos de infraestrutura e os custos. A porcentagem de empresas estrangeiras aumentou de 9% em 1989, para mais de 50% em 2005. Portanto, a liberalização e a abertura adotadas pela China tiveram um impacto positivo sobre os fluxos de IED no país.

A Índia, no entanto, precisa realizar mudanças estruturais essenciais na economia para atrair investimento estrangeiro direto. As mudanças estruturais graduais adotadas pela Índia até o momento precisam ser consolidadas e mais focadas. A história de sucesso da Deli Metro Rail Corporation Ltda., e da Expressway Network (Golden Quadrilateral) precisa ser replicada em outros metrô e grandes cidades do país, e todo o país deve ser conectado por vias expressas. Outra grande preocupação é a reforma do setor de energia e eletricidade. O caso

bem-sucedido de privatização da Delhi Power precisa ser replicado em todas as capitais de outros estados. Curiosamente, a China deverá enfrentar um problema de envelhecimento da população e a Índia pode tirar partido disso para desenvolver seu setor industrial e se tornar o próximo grande centro de produção do mundo, pois possui a maior população jovem ativa no planeta. Para tanto, não apenas precisará superar o já mencionado gargalo de infraestrutura, mas também eliminar a rigidez de seu mercado de trabalho, o que dificulta para a comunidade empresarial obter o máximo de benefícios da vasta oferta de mão de obra. As leis trabalhistas deveriam ser flexibilizadas para aumentar a produção em massa na Índia. Outro fato importante é que a Índia deve superar a miopia do seu setor dos serviços. O bom desempenho do setor de serviços deve ser complementado com o crescimento no setor manufatureiro, que apresenta grande potencial de absorção da força de trabalho ociosa na Índia.

## 5 IED E CRESCIMENTO

Existem dois canais principais pelos quais o IED afeta o crescimento. O primeiro é que o IED gera um fluxo de capital físico para o país receptor. Como o capital físico do país receptor aumenta sua capacidade produtiva, ele também cresce. Infelizmente, o efeito de ampliação do crescimento de um estoque crescente de capital físico não é infinito. Apesar do capital adicional ter efeitos importantes sobre as economias com baixa relação capital-mão de obra, retornos decrescentes implicam que a acumulação de capital físico não pode ser uma fonte permanente de crescimento da renda *per capita* no longo prazo. O segundo canal pelo qual o IED afeta o crescimento é via efeitos de contágio ou *spillover* tecnológico, uma externalidade que pode ocorrer por meio de diferentes canais, incluindo imitação, engenharia reversa e associações com fornecedores. Argumenta-se que são, sobretudo, as externalidades positivas dos *spillovers* tecnológicos que fazem o IED potencializar a taxa de crescimento econômico. A emergência das teorias do crescimento endógeno apresenta um quadro que mostra como as externalidades positivas podem melhorar o crescimento econômico no longo prazo. Externalidades positivas proporcionam retornos não decrescentes para o capital e, portanto, aumentam o crescimento no longo prazo. Além de benefícios como capital e tecnologia, o IED traz consigo salários mais altos, acesso a mercados, maior concorrência, e bens e serviços mais baratos para os consumidores.

No entanto, é importante ter em mente que o tipo de IED, IED Greenfield (IEDG) ou Brownfield IED (IEDB), desempenha um papel importante na determinação da capacidade de aumento do crescimento pelo IED. No caso de

IEDG, as empresas multinacionais (EMN) constroem novas unidades de produção, distribuição ou pesquisa no país receptor o que resulta em aumento no estoque de capital físico que pode ser substancial, especialmente para as economias em desenvolvimento que tendem a ter escassez de capital. No caso de IEDB, as multinacionais adquirem instalações já existentes no país receptor, resultando, geralmente, em um pequeno aumento no estoque de capital físico, pois há apenas uma mudança de propriedade. No entanto, Javorcík (2004) argumenta que o IEDB sob a forma de fusão ou empreendimento conjunto maximiza o potencial de *spillovers* tecnológicos.

A pesquisa empírica tem indicado que o impacto do IED sobre o crescimento econômico depende das condições do país receptor. Borensztein, De Gregorio e Lee (1998) e Bengoa e Sanchez-Robles (2003) constataram que, o IED tem um efeito positivo sobre o crescimento em países em desenvolvimento, mas a magnitude do efeito depende da quantidade de capital humano disponível no país receptor. Zhang (2001) argumenta que o crescimento econômico é reforçado pelo IED, mas as condições do país receptor, como os regimes comerciais e a estabilidade macroeconômica, são importantes. Olofsdotter (1998) considera que o aumento no estoque de IED está positivamente relacionado ao crescimento e que o efeito é mais forte para os países receptores que possuem maior capacidade institucional, medida pelo grau de proteção dos direitos de propriedade e pela eficiência burocrática. Johnson (2005), por meio de uma análise de dados em painel, mostra que as entradas de IED reforçam o crescimento econômico nas economias em desenvolvimento, mas não nas economias desenvolvidas. Ele argumenta que os *spillovers* tecnológicos têm maior potencial de promover o crescimento econômico nos países receptores.

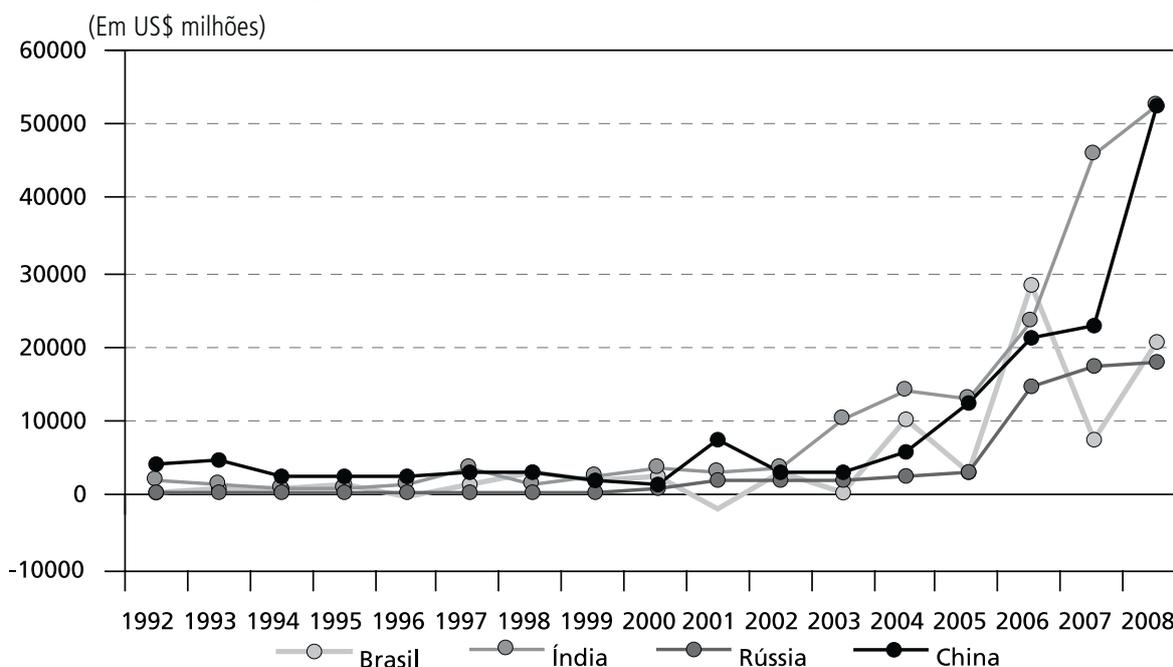
É importante notar que a relação causal entre crescimento econômico e IED ocorre em uma via de duas mãos. Não só o IED traz consigo os benefícios da formação de capital e da tecnologia, que se traduzem em crescimento, mas também o IED flui em direção aos países que apresentam maior crescimento econômico. Em um estudo sobre as economias BRIC, Sridharan, Vijayakumar e Sekhara (2010) constataram que o crescimento leva o IED bidirecional para o Brasil e a Rússia, e unidirecionalmente para a Índia e a China.

## 6 SAÍDAS DE IED

A importância dos países BRIC como destinos de IED é indiscutível. Mas o que é particularmente interessante, é que estas economias também estão emergindo como uma importante fonte de IED. As empresas dos países BRIC estão

cada vez mais realizando investimento direto em outros países, tanto em países desenvolvidos, quanto em outros mercados emergentes. Isto ocorre como consequência do desejo das empresas de aumentarem sua competitividade por meio da aquisição de carteiras de ativos de localização (bens que devem uma parte importante do seu valor à sua localização, como uma montadora localizada em um país com custos de mão de obra mais baixos do que as outras possíveis localizações da fábrica). As saídas de IED (SIED) do Sul, Leste e Sudeste da Ásia aumentaram 7%, chegando a US\$ 186 bilhões em 2008, principalmente devido aos grandes fluxos originários da China, que ganhou terreno como importante fonte de SIED. O país foi classificado em 13º do mundo e terceiro entre economias em desenvolvimento e transição, com saídas de IED que atingiram US\$ 52 bilhões em 2008, representando um aumento de mais de 132% em relação a 2007. No início de 2009, as saídas de IED do país continuaram crescendo. Com efeito, as flutuações de câmbio e a queda significativa dos preços de ativos no exterior resultantes da crise criaram uma oportunidade para as empresas chinesas. A Índia está se tornando um importante investidor, embora tenha mantido praticamente o mesmo nível de SIED que em 2007. Na América do Sul, em 2008, essas saídas aumentaram 131%, com aumento mais intenso registrado no Brasil (189%), onde as saídas atingiram US\$ 20 bilhões.

GRÁFICO 6  
Saídas de IED de países BRIC



### 6.1 A EXPERIÊNCIA CHINESA<sup>3</sup>

Neste contexto, a experiência chinesa tem sido particularmente interessante. Em 2002, uma nova dimensão foi somada ao modelo de desenvolvimento chinês, permitindo e promovendo ativamente saídas de investimento estrangeiro direto: a política de globalização (*Go Global Policy*) adotada no país. Em 2008, o IED global caiu cerca de 20%, enquanto o da China quase duplicou. As saídas da China atingiram US\$ 52 bilhões em 2008, um aumento de 132% em relação a 2007. A literatura disponível demonstra que a China tem considerável potencial, irá superar os outros países BRIC e será uma das principais fontes de IED global.<sup>4</sup>

Existem vários propulsores para as saídas de IED na China. Uma das motivações mais citadas é a necessidade da China de garantir recursos naturais para alimentar o rápido crescimento. No entanto, a área mais significativa em termos de saídas de investimento estrangeiro da China é a indústria de serviços. Embora a maior parte da exportação do país venha de empresas de capital estrangeiro, grandes empresas nacionais também exportam grandes volumes e para isso precisam de serviços, como de transporte e seguros. Os últimos números divulgados pelo Ministério do Comércio da China (MOFCOM), em fevereiro de 2009, mostram que o setor terciário foi o predominante, representando mais de 70% do total de saídas de IED no fim de 2007. A predominância dos serviços é resultado do crescimento das exportações e da expansão de serviços financeiros da China para o exterior, de forma a aproveitar a riqueza da migração chinesa, aprender tecnologias avançadas e diversificar as fontes de receitas. Além disso, grandes empresas chinesas também estão realizando aquisições de marcas globais – como a aquisição da IBM computadores pela Lenovo, ou a compra da MG Rover pela SAIC and Nanjing. E também, grandes empresas estatais estão perdendo sua posição de monopólio em seus países de origem e estão diversificando no mercado internacional. E, finalmente, algumas empresas – apesar da grande oferta de mão de obra na China – estão mudando suas operações intensivas em mão de obra para locais mais baratos no exterior, como Vietnã e África. A África está surgindo como um dos destinos mais importantes das saídas de IED da China e da Índia. As saídas da China para a África aumentaram de US\$ 49,2 milhões em 1990, para US\$ 1,6 bilhão em 2005, e as da Índia aumentaram de US\$ 296,6 milhões em 1996, para US\$ 1,96 bilhão em 2004. Os aumentos foram motivados não apenas pelo apetite por recursos naturais, mas também pelo fato de que existe um mercado consumidor em potencial, especialmente na África do Sul, com um grande grupo de renda média.

---

3. Ver Davies (2009).

4. Ver Jaeger (2009).

## 6.2 A experiência indiana

No início da década de 1990, a participação da Índia na SIED das economias em desenvolvimento foi a mais baixa em comparação com as quatro grandes economias emergentes consideradas suas concorrentes (Brasil, China, México e África do Sul), mas nos anos seguintes aumentou bastante. A participação da Índia no IED total das economias em desenvolvimento se manteve abaixo de 0,5% na década de 1990, mas deu um salto, atingindo cerca de 6% em 2007.

Ao longo das últimas duas décadas, a política do governo indiano em matéria de SIED fez uma transição considerável, passando da abordagem cautelosa e restritiva que prevaleceu ao longo das primeiras quatro décadas da era pós-independência para uma abordagem de facilitação e incentivo. Hoje, a saída de IED é considerada um eficaz instrumento de progresso econômico, unindo o aproveitamento do *know-how* tecnológico global à construção de redes de apoio comercial para melhorar a competitividade de empresas locais no mercado internacional e à abertura de novos canais de mercado para promoção das exportações. Até o momento, continua a ser uma questão empírica inexplorada até que ponto a saída de IED tem contribuído para estes objetivos de desenvolvimento nacionais.

Na Índia, os motivos para a realização das saídas de IED são diferentes dependendo da indústria e do momento. No entanto, alguns fatores se destacam como principais. Um deles é o crescente número de empresas domésticas indianas – por exemplo, Tata Group, Infosys, Ranbaxy – e sua melhoria em termos de propriedade – vantagens específicas, inclusive capacidade financeira. Além disso, a crescente competitividade das empresas indianas envolvidas na prestação de serviços comerciais e de TI terceirizados para clientes estrangeiros forneceu um impulso para estas empresas realizarem operações *offshore*, perto de seus clientes, e ampliarem suas oportunidades de crescimento em mercados no exterior. Seu sucesso na terceirização de serviços de TI, de processos de negócios e centros de atendimento para empresas de países desenvolvidos expôs as empresas indianas a conhecimentos e métodos para a condução de negócios internacionais, e induziu as saídas de IED por meio de efeitos de demonstração e *spillovers*. Além disso, as empresas indianas estão investindo no exterior para ter acesso a mercados estrangeiros, unidades de produção e marcas internacionais. Por exemplo, a Tata Motors Ltda adquiriu a Daewoo Commercial Vehicle Company (República da Coreia) em 2003 por US\$ 118 milhões para ter acesso ao mercado do Sudeste

Asiático e às unidades de produção da empresa coreana.<sup>5</sup> O acesso a tecnologia e conhecimento tem sido um ponto de reflexão estratégico para as empresas indianas que visam aumentar a competitividade e subir na cadeia de valor da produção. Em 2003, a Wipro comprou a Nerve Wire Inc (Estados Unidos) por US\$ 18,7 milhões para adquirir conhecimentos e outros benefícios na área de TI, incluindo o acesso a mercados.<sup>6</sup> A proteção de recursos naturais também está se tornando um importante fator para as saídas de IED indianas. Por exemplo, em 2003, a Hindalco comprou duas minas de cobre na Austrália e a Oil and Natural Gas Commission (ONGC) Ltda.

## 7 QUESTÕES RELACIONADAS A POLÍTICAS

A crescente importância das economias BRIC como destino e fonte de IED é indiscutível. No entanto, à medida que aumentam seu potencial de investimento, estas economias enfrentam alguns problemas críticos com relação às políticas. Nesta seção, vamos delinear dois principais desafios políticos enfrentados por seus governos. O primeiro diz respeito ao estabelecimento de políticas adequadas para SIED em mercados emergentes que enfrentam restrições macroeconômicas. O segundo diz respeito à possibilidade de um aumento do protecionismo do IED na esteira da crise econômica mundial.

### 7.1 Estabelecimento de um regime de políticas adequadas para SIED em mercados emergentes

Os governos de mercados emergentes que procuram estabelecer um regime de políticas adequadas para SIED enfrentam um dilema entre as exigências de competitividade das empresas no nível micro e as restrições de desenvolvimento dos governos no nível macro (SAUVANT, 2008). No nível micro, as saídas de IED beneficiam a competitividade das empresas. Isso lhes permite adquirir uma carteira de ativos de localização, que são cada vez mais importantes como fontes

---

5. Outros exemplos: em 2003, a Infosys Technologies Ltda. adquiriu a Expert Information Services Pty. Ltda. (Austrália) por US\$ 22,9 milhões para fortalecer sua presença no mercado australiano e ter acesso aos clientes da empresa adquirida. Da mesma forma, empresas como a Daksh e Services, Datamatics Technologies e Hinduja TMT Ltda. têm ido ao estrangeiro para expandir os mercados para seus serviços e explorar oportunidades de crescimento em outras regiões. Também em 2003, a Ranbaxy Technologies comprou a RPG Aventis (França) por US\$ 70 milhões para fortalecer sua posição no mercado europeu e acessar ativos estratégicos – por exemplo, marcas. A Tata Tea comprou a Tetley Tea, em 2000, por £ 271 milhões, para ter acesso à marca Tetley e seu mercado. Em 2003, a Jindal Polyester Ltda. adquiriu a Rexor (França), uma produtora de poliéster, por 10 milhões. A Sundaram Fasteners Ltda. comprou a Dana Spicer Europe Ltda. (Reino Unido), uma empresa de metalurgia de precisão por £ 1,5 milhão, e a Dabur India Ltda. adquiriu a Redrock Ltda (Reino Unido), uma empresa de cosméticos, para acessar seu mercado.

6. Outros exemplos de saídas de IED orientadas pela tecnologia: a I-Flex pagou US\$ 11,5 milhões pela Supersolutions Corp (Estados Unidos) para ter acesso a tecnologias e conhecimentos; a Wockhardt Ltda. comprou uma empresa farmacêutica do Reino Unido por seus mercados, conhecimento e razões estratégicas; a Reliance Infocomm comprou a Flag Telecom (Reino Unido) por US\$ 211 milhões para acessar a rede de cabo submarino e se conectar com regiões-chave, como Ásia, Europa e Estados Unidos. O acesso a tecnologias também significa a criação de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em locais-chave. Por exemplo, a Ranbaxy Laboratories tem P&D em vários países, inclusive na China e nos Estados Unidos.

de competitividade internacional para as empresas, pois proporciona acesso não apenas a mercados, mas também a uma gama de recursos necessários para o processo de produção. Isso é crucial em uma economia mundial aberta e com grande concorrência, devido à liberalização comercial, IED e regimes tecnológicos.

No entanto, o outro lado desse dilema diz respeito ao nível macro. A maioria dos mercados emergentes se percebe como importadores de capital, e não exportadores de capital – com a notável exceção da China. Por serem emergentes, normalmente enfrentam restrições ligadas ao balanço de pagamento. A prioridade para eles é a construção de uma capacidade produtiva nacional e aumento do emprego doméstico. Tendo em conta estas prioridades nacionais, permitir o investimento em outros países – sem mencionar encorajá-lo –, portanto, não é uma coisa natural. Então, não é de surpreender, que os mercados emergentes sigam uma política restritiva em relação à SIED.

Para tentar resolver esse dilema os formuladores de políticas precisam enfrentar uma série de questões. O regime de saídas de IED poderia ser liberalizado gradualmente, por exemplo, permitindo saídas até um certo limite – que pode ser aumentado –, ou em determinados setores prioritários para o país receptor, ou em cumprimento de certos critérios – por exemplo, seu impacto sobre o emprego, balanço de pagamentos? Quais são os riscos da liberalização da SIED em determinados setores e não em outros para os países e as empresas? Foram escolhidos os setores corretos? A competitividade das empresas em setores não liberalizados seria comprometida? Qual seria a melhor opção, possuir um regime de SIED neutro ou, como praticamente todos os países da *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE) fazem, ir ao extremo de proteger e mesmo facilitar a SIED – como no caso da política de globalização da China: *Go Global*.

No contexto indiano, tal como descrito na seção anterior, tem havido um crescente reconhecimento da SIED como ferramenta eficaz de progresso econômico e, conseqüentemente, a política do governo em relação à SIED fez a transição de uma abordagem cautelosa e restritiva para uma de facilitação e incentivo. Até que ponto a SIED tem contribuído para o desenvolvimento, continua, em grande medida, uma questão empírica inexplorada. Dois estudos nessa área indicam que a saída de IED tem um efeito estatisticamente significativo e positivo sobre o grau da orientação para a exportação em uma amostra de empresas (4.200) e um conjunto de indústrias-chave (KUMAR; PRADHAN, 2007; PRADHAN, 2008).

Ao interpretar estes resultados, é importante levar em conta que as empresas com operações no exterior estão, em grande parte, concentradas em capitais e são indústrias intensivas em qualificação. Isto será importante em uma análise mais aprofundada, porque a vantagem competitiva que sustenta o sucesso das exportações observado nessas indústrias pode não refletir, necessariamente, a vantagem comparativa intrínseca do país (LALL, 1986). Dadas as condições de mercado da

economia abundante em mão de obra da Índia, o crescimento das exportações por si provavelmente não contribuiria para o alcance dos objetivos de emprego e equidade da política nacional de desenvolvimento.

A questão central de uma avaliação sobre as implicações da saída de IED sobre o desenvolvimento é a possibilidade de equilíbrio entre investimento estrangeiro e investimento interno. Um crescimento muito maior do IED em relação ao investimento interno no período de reforma poderia refletir o fato de que o investimento doméstico permanece menos atraente do que o investimento estrangeiro para as empresas indianas. Na medida em que um ambiente interno relativamente menos atraente atua como um fator de impulso para o investimento estrangeiro, alguns dos investimentos poderiam assumir a forma de pura fuga de capitais. Naturalmente, isto não promove o argumento de uma postura política restritiva para a saída de IED. Em vez disso, indica-se a necessidade de reformas para melhorar o clima do investimento nacional (ATHUKORALA, 2009).

## 7.2 Aumento do protecionismo no futuro?<sup>7</sup>

A atual crise econômica e financeira não teve grande impacto sobre as políticas de IED até agora, uma vez que o IED não é a causa desta crise. No entanto, algumas medidas da política nacional de âmbito mais geral – programas de ajuda nacionais, pacotes de estímulo econômico – introduzidas em resposta à crise possivelmente terão impacto sobre os fluxos de IED e as operações das transnacionais de forma indireta. Há duas possibilidades nesse sentido. Por um lado, podem ter um efeito positivo na entrada de IED, uma vez que poderiam ajudar a estabilizar, se não melhorar, os principais determinantes econômicos do IED. Por outro lado, existem preocupações de que as medidas políticas nacionais poderiam resultar em protecionismo no investimento por favorecer investidores nacionais em detrimento dos estrangeiros, ou pela introdução de obstáculos ao investimento estrangeiro, a fim de manter o capital no país.

Há também sinais de que alguns países já começaram a discriminar os investidores estrangeiros e/ou seus produtos de uma forma “dissimulada”, usando brechas na regulamentação internacional. Exemplos de protecionismo “encoberto” incluem favorecer produtos com elevado conteúdo “nacional” nas compras governamentais – particularmente grandes projetos de infraestrutura pública –, impedir que bancos concedam empréstimos para operações no estrangeiro, invocar exceções de “segurança nacional” que distendem a definição de segurança nacional, ou mover barreiras protecionistas para níveis subnacionais que ficam fora do âmbito de aplicação das obrigações internacionais – por exemplo, em matéria de compras públicas.

---

7. Sauvart (2006).

Olhando para o futuro, uma questão crucial é quais políticas de IED serão utilizadas pelos países receptores quando a economia global começar a se recuperar. A saída esperada dos fundos públicos de indústrias emblemáticas deve provavelmente dar um impulso ao investimento privado, incluindo IED. Isto poderia desencadear uma nova onda de nacionalismo econômico para proteger “campeões nacionais” de aquisições por empresas estrangeiras. Agências de investimento internacional (AIIs) têm um papel a desempenhar para garantir previsibilidade, estabilidade e transparência dos regimes nacionais de investimento. Os formuladores de políticas devem considerar também fortalecer a promoção do investimento das AIIs por meio de disposições eficazes e operacionais. Seguro para investimentos e outras medidas do país de origem que incentivam o investimento externo são casos nos quais a cooperação internacional continuada pode ser útil. Como há temores iminentes quanto ao surgimento de políticas nacionalistas e controles estatais, esforços devem ser feitos pelos países em todo o mundo para estimular o investimento e para reavivar a fé em uma economia global aberta.

## 8 CONCLUSÕES

A crise financeira mudou o ambiente de investimento do IED global, com as economias BRIC assumindo a liderança na atração de recursos e investindo globalmente. Os BRICs resistiram à crise melhor do que os países desenvolvidos na medida em que seu crescimento econômico se manteve robusto. É importante mencionar que se prevê que são essas quatro economias, com os Estados Unidos que levarão à recuperação do IED no futuro. No entanto, há importantes desafios para os BRICs a proporção que o ambiente global do IED muda. Uma questão política importante, que merece atenção, é o receio de um possível aumento do protecionismo quanto ao IED na medida em que o mundo emerge da crise financeira global. Os BRICs com sua grande influência no cenário global de investimento têm um papel fundamental na garantia de que não haja uma reação contra o IED depois de décadas de liberalização e de abertura. Além disso, há necessidade de se estabelecer um regime de SIED adequado que possa resolver o dilema entre as exigências de competitividade das empresas em nível micro e as restrições de desenvolvimento em nível macro dos governos. A SIED não deve ser encorajada em detrimento da construção de capacidade produtiva doméstica. Dada a relação entre IED e crescimento econômico, e benefícios que o IED traz sob a forma de maior acúmulo de capital e transbordamentos de tecnologia, a máxima para estes países deve deixar de ser apenas “quanto mais IED melhor”; ao contrário, a ênfase deve ser no direcionamento do IED que é importante para seu desenvolvimento econômico.

## REFERÊNCIAS

- ATHUKORALA, Prema-chandra. **Outward Direct Investment from India**. Australian National University, Economics RSPAS, 2009 (Departmental Working Papers 2009-14).
- AYKUT, Dilek. **Emerging Trends in FDI flows to Asia**. World Bank, 2007.
- BENGOA, Marta; SANCHEZ-ROBLES, Blanca. Foreign direct investment, economic freedom and growth: new evidence from Latin America. **European Journal of Political Economy**, 19, p. 529-545, 2003.
- BERGSMAN, Joel. **Improving Russia's Policy on Foreign Direct Investment**. World Bank, Policy Research, 2000 (Working Paper, n. 2329).
- BORENSZTEIN, Eduardo; DE GREGORIO, Jose; LEE, Jong-Wha. How does foreign direct investment affect economic growth. **Journal of International Economics**, 45, p. 115-135, 1998.
- CHENG, Leonard K.; KWAN, Yum K. What are the determinants of the location of foreign direct investment: the chinese experience. **Journal of International Economics**, 51, p. 379-400, 2000.
- DAVIES, Ken. **While Global FDI falls, China's Outward FDI doubles**. Columbia: FDI Perspectives, 2009.
- FUNG, Kwok-Chiu. Foreign Direct Investment in China: Policy, Trend and Impact. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CHINA'S ECONOMY in the 21<sup>st</sup> Century, Jun. 24-25 2002. Hong Kong, 2003.
- GRAHAM, Edward M.; WADA, Erika. **Foreign Direct Investment in China: Effects on Growth and Economic Performance**, 2001.
- HUNYA, Gabor; STÖLLINGER, Roman. Foreign Direct Investment Flows between the EU and the BRICs. **Research Reports 358**, Weiner Institute fur Internationale Wirtschaftsvergleiche, 2009.
- JAEGER, Markus. **BRIC Outward FDI-the dragon will outpace the jaguar, tiger and the bear**. Talking Point, Deutsche Bank Research, 2009.
- JAVORCIK, Beata. Does foreign direct investment increase the productivity of domestic firms? In search of spillovers through backward linkages. **American Economic Review**, 94, p. 605-627, 2004.
- JOHNSON, Andreas. **Host country effects of foreign direct investment: The case of developing and transition economies**. Jönköping International Business School/Jönköping University, 2005.

KUMAR, Nagesh; PRADHAN, Jaya. Knowledge-based Exports from India: A Firm-Level Analysis of Determinants. *In*: KUMAR, Nagesh; JOSEPH, K. J. (Ed.). **International Competitiveness and Knowledge-based Industries in India**. New Delhi: Oxford University Press, 2007, p. 53-96.

LALL, Sanjaya. Technological development and export performance in LDCs: Leading engineering and chemical firms in India. **Weltwirtschaftliches Archiv**, 122, p. 80-91, 1986.

NAGARAJ, Rayaproulu. Foreign Direct Investment in India in the 1990's: Trends and Issues. **Economic and Political Weekly**, v. 38, n. 17, p. 1701-1712, Apr. 26/May 2 2003. Special Articles.

ÖGÜTÇÜ, Mehmet. **Attracting Foreign Direct Investment for Russia's Modernisation: Battling Against The Odds**. Saint Petersburg, Russia: OECD-Russia Investment Roundtable 19 June 2002.

OLOFSDOTTER, Maria. **Allelopathy in rice**. Makati City, Philippines: International Rice Research Institute, 1998.

PRADHAN, Jaya Prakash. Outward Foreign Direct Investment from India: Recent Trends and Patterns. **International Journal of Technology and Globalisation**, v. 4, p. 70-86, 2008.

SATYANAND, Premila N.; RAGHAVENDRAN, Pramila. **Inward FDI in India and its policy context**. Columbia: FDI Profile, 2010.

SAUVANT, Karl. **World investment prospects to 2010: Boom or backlash?** New York, London and Hong Kong: Economist Intelligence Unit, Columbia Program on International Investment, 2006.

\_\_\_\_\_. **Outward FDI from Emerging Markets: Some Policy Issues**, Foreign Direct Investment, Location and Competitiveness, 2008.

SINGH, Sumanjeet. **Foreign Capital Flows into India: Compositions, Regulations, Issues and Policy Options**. Asia Research Center, 2009 (Working Paper, n. 155).

SRIDHARAN, Perumal; VIJAYAKUMAR, Narayanamurthy; SEKHARA, Rao Kode. Determinants of FDI in BRICS Countries: A panel analysis. **Int. Journal of Business Science and Applied Management**, v. 5, Issue 3, 2010.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment Report 2009**. New York; Geneva, 2009. Printed in Switzerland.

VEIGA, Pedro M. **Foreign Direct Investment in Brazil: regulation, flows and**

contribution to development. Manitoba; Canada: International Institute for Sustainable Development, 2004.

VIJAYAKUMAR, Narayanamurthy. Determinants of FDI in BRICS Countries: A panel analysis. **International Journal of Business Science and Applied Management**, v. 5, Issue 3, 2010.

WAN, Xueli. FDI in BRICs. **International Journal of Business and Management**, v. 5, n. 2, Feb. 2010.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming with BRICs: Path to 2050. **Global Economics Paper**, Goldman Sachs, n. 99, 2003.

YALLAPRAGADA, Ram Mohan; PARUCHURI, Madhu R. Foreign Direct Investment in India: A Lost Opportunity. **Southwestern Economic Proceedings**, St. Louis, Missouri, v. 30, n. 1, 2001.

ZHANG, Kevin H. Does Foreign Direct Investment Promote Economic Growth? Evidence from East Asia and Latin America. **Contemporary Economic Policy**, v. 19, n. 2, p. 175-185, 2001.

\_\_\_\_\_. **Foreign Direct Investment and Economic Growth in China: Panel Data Study for 1992-2004**. Illinois: State University, 2006.

## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **Editorial**

#### **Coordenação**

Cláudio Passos de Oliveira

#### **Supervisão**

Cida Taboza

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Ângela de Oliveira

Cindy Nagel Moura de Souza

Clícia Silveira Rodrigues

Cristiana de Sousa da Silva

Lizandra Deusdará Felipe

Luanna Ferreira da Silva

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

#### **Editoração Eletrônica**

Bernar José Vieira

Claudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Renato Rodrigues Bueno

#### **Capa**

Fábio Oki

#### **Livraria**

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

A *Revista Tempo do Mundo* é uma publicação internacional organizada pelo Ipea, órgão que integra a Presidência da República Federativa do Brasil, por meio da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

A revista conta com versões em português e inglês e foi idealizada para apresentar e promover os debates contemporâneos, com ênfase na temática do desenvolvimento, em uma perspectiva Sul – Sul. O campo de atuação é o da economia política, com abordagens plurais sobre as dimensões essenciais do desenvolvimento, como questões econômicas, sociais e relativas à sustentabilidade.

A meta é valorizar o debate a fim de formular proposições para a elaboração de políticas públicas e, neste âmbito, privilegiar as comparações internacionais e a interdisciplinaridade, sempre destacando o papel do planejamento. A *Revista Tempo do Mundo* assume a ambição de formular as questões enfrentadas pela civilização contemporânea que, a um só tempo, deseja usufruir de padrões de vida confortáveis e condições de vida dignas, mas precisa respeitar os limites do que o planeta pode suportar em termos de exploração do meio ambiente.

É importante destacar a homenagem conferida a Fernand Braudel, por meio da valorização de sua formulação que trata do “tempo do mundo”, o que, em conjunto com as “estruturas do cotidiano” e com os “jogos da troca”, define sua originalidade. Braudel sempre buscou tratar das questões que envolvem as dimensões do desenvolvimento em uma perspectiva histórica e de longa duração, enfatizando que o mundo dominado pelo modo de produção com base na acumulação de capital sempre teve de equilibrar a sociedade, o mercado e o Estado. Conforme ensinou o mestre, ali, onde a tarefa foi mais bem-sucedida, houve prosperidade e, onde as dificuldades foram persistentes, os resultados não tiveram o mesmo sucesso.

Essa iniciativa, no Brasil, não é nova e o grande precursor foi Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*. Esta obra seminal foi saudada por Braudel como inovadora sob o prisma metodológico.

Conselho Editorial

## INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. A *Revista Tempo do Mundo* tem como missão apresentar e promover os debates contemporâneos, com ênfase na temática do desenvolvimento, em uma perspectiva Sul – Sul. O campo de atuação é o da economia política, com abordagens plurais sobre as dimensões essenciais do desenvolvimento, como questões econômicas, sociais e relativas à sustentabilidade.
2. Serão considerados para publicação artigos originais redigidos em português, inglês, francês e espanhol.
3. As contribuições não serão remuneradas, e a submissão de um artigo à revista implicará a transferência dos direitos autorais ao Ipea, caso ele venha a ser publicado.
4. O trabalho submetido será encaminhado a, pelo menos, dois avaliadores. Nessa etapa, a revista utiliza o sistema *blind review*, ou seja, os autores não são identificados em nenhuma fase da avaliação. A decisão dos avaliadores é registrada em pareceres, que serão enviados aos autores, mantendo-se em sigilo os nomes desses avaliadores.
5. Os artigos, sempre inéditos, deverão ter em torno de 25 páginas (aproximadamente 50 mil caracteres com espaçamento – incluindo tabelas, figuras, quadros, espaços, notas de rodapé e referências).
6. A formatação deverá seguir os padrões da revista: papel A-4 (29,7 x 21 cm); margens: superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm; em Microsoft Word ou editor de texto compatível, utilizando caracteres Times New Roman tamanho 12 e espaçamento 1,5 justificado. As ilustrações – tabelas, quadros, gráficos etc. – deverão ser numeradas e trazer legendas. Não deverão ser usadas cores além de preto e branco. A fonte das ilustrações deverá ser sempre indicada.
7. Apresentar em página separada: *i)* título do trabalho em português e em inglês – em caixa alta e negrito; *ii)* até cinco palavras-chave; *iii)* um resumo de cerca de 150 palavras; *iv)* classificação JEL; e *v)* informações sobre o(s) autor(es): nome completo, titulação acadêmica, experiência profissional e/ou acadêmica atual, área(s) de interesse em pesquisa, instituição(ões) de vinculação, endereço, *e-mail* e telefone. Se o trabalho possuir mais de um autor, ordenar de acordo com a contribuição de cada um ao trabalho.
8. Deverão ser submetidos pelo menos dois arquivos: *i)* Documento de Submissão: arquivo com o texto e as tabelas – versão completa, *sem identificação dos autores* –, em formato PDF; e *ii)* Documentos Suplementares: arquivo com o texto e as tabelas em formato Microsoft Word ou editor de texto compatível – versão completa, incluindo a página separada. Caso o artigo possua gráficos, figuras e mapas, estes também deverão ser entregues em arquivos específicos nos formatos originais e separados do texto, sendo apresentados com legendas e fontes completas.
9. Observar o sistema Chicago (autor, data), de acordo com os exemplos abaixo:
  - Para periódicos:  
CERVO, Amado L. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, p. 5-25, 2003.
  - Para livros:  
SARAIVA, José F. S. (Ed.). **Foreign policy and political regime**. Brasília: Ibrj, 2003. 364 p.
  - Para documentos eletrônicos:  
PROCÓPIO, Argemiro. **A hidropolítica e a internacionalização amazônica**, 2007. Disponível em: <<http://mundorama.net/2007/09/13/a-hidropolitica-e-a-internacionalizacao-amazonica/>>. Acesso em: 18 set. 2007.
10. As referências completas deverão ser reunidas no fim do texto, em ordem alfabética.
11. Cada (co)autor receberá três exemplares da revista em que seu artigo for publicado no seu idioma predileto – português ou inglês – e um no idioma alternativo.
12. As submissões deverão ser feitas *online* pelo *e-mail* [tempodomundo@ipea.gov.br](mailto:tempodomundo@ipea.gov.br).

### Itens de verificação para submissão

1. O texto é inédito.
2. O texto está de acordo com as normas da revista.

### Declaração de direito autoral

A submissão de artigo autoriza sua publicação e implica compromisso de que o mesmo material não esteja sendo submetido a outro periódico. O original é considerado definitivo, sendo que os artigos selecionados passam por revisão ortográfica e gramatical. A revista não paga direitos autorais aos autores dos artigos publicados. O detentor dos direitos autorais da revista é o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com sede em Brasília. Para publicação, os autores deverão assinar Carta de Direitos Autorais, cujo modelo será enviado aos autores por *e-mail*, reservando os direitos, inclusive os de tradução, ao Ipea.

### Política de privacidade

Os nomes e os *e-mails* fornecidos serão usados exclusivamente para os propósitos editoriais da *Revista Tempo do Mundo*, não sendo disponibilizados para nenhuma outra entidade.

